**CPI-VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR (1)**

**06.08.2020**

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 22, de 2020, com a finalidade de apurar denúncias de violência sexual praticada contra estudantes de instituições de ensino superior no estado de São Paulo no último ano.

Eu vou proceder agora à chamada nominal de cada deputado membro efetivo desta Comissão, que deverá responder confirmando sua presença virtualmente: deputada Valeria Bolsonaro.

**A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL -** Bom dia, presente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, deputada. Deputado Tenente Nascimento.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Pela ordem, presidente. Bom dia e presente, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, deputado. Deputada Professora Bebel.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Presente, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, deputada. Esta Presidente está presente. Deputado Ed Thomas.

**O SR. ED THOMAS - PSB -** Sra. Presidente, bom dia, presente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, deputado. Deputada Isa Penna, não está. Deputada Marina Helou. Deputado Arthur do Val.

**O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA -** Presente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, deputado. Deputado Marcio Nakashima, não está presente. Eu solicito então que a secretaria ou a secretária proceda à leitura da Ata da reunião anterior.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Pela ordem, deputada.

**O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA -** Pela ordem, presidente.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Eu ia deixar, quer falar, deputado? Fala o senhor.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Pela ordem, deputado Arthur.

**O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA -** Solicitar a dispensa da leitura da Ata.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** O deputado está propondo que dispensemos a leitura da Ata, é isso, deputado? Há consenso que nós dispensemos a leitura da Ata e a consideremos aprovada? Havendo consenso, está dispensada a leitura da Ata e considerada aprovada.

Nós queremos apresentar aqui brevemente o objetivo desta reunião – hoje temos dois convidados conosco. Eu quero cumprimentar e agradecer a presença do professor Dr. Sandro Roberto, que está conosco aqui neste evento, Magnífico Reitor da Unesp. Agradecer, professor Dr. Sandro Roberto Valentini, o atendimento ao nosso convite, eu tenho certeza que será muito valiosa a sua participação conosco, as suas informações certamente vão contribuir de forma significativa para o objetivo que temos aqui, que é exatamente termos uma visão, professor Sandro, mais clara a respeito desta prática violadora da dignidade sexual de universitárias.

Então, quero agradecer a presença do senhor e reafirmar aqui a certeza que tenho de que nós, com as suas informações, com as suas contribuições, teremos ainda melhores

condições de alcançarmos os objetivos que nos propomos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, mais uma vez, obrigada pela sua presença.

Queremos também cumprimentar a professora Dra. Claudia Maria de Lima, ouvidora geral da Unesp, pela presença. Professora, eu posso reafirmar aqui as mesmas palavras que dirigi ao professor Dr. Roberto: eu também acredito, e certamente os membros desta CPI, que com as suas informações e com a sua apresentação aqui nesta Comissão, aceitando o nosso convite, também será muito valiosa a sua contribuição para alcançarmos os objetivos propostos por esta CPI. Desta forma, igualmente eu que cumprimentá-la e agradecer a sua presença e por ter aceitado o convite de estar conosco nesta manhã.

O objetivo será, a partir de agora, ouvirmos o Magnífico Reitor da Unesp, o professor Dr. Sandro Roberto Valentini, e também ouvirmos a Ilma. Ouvidora Geral da Unesp, a professora Dra. Claudia Maria de Lima – depois, apreciaremos a pauta da reunião desta manhã. Eu vou passar então, sem maiores delongas, a palavra ao professor Dr. Sandro Roberto Valentini, reitor da Unesp, que vai, neste momento, prestar as suas informações sobre o objeto desta CPI, que é investigar a violência sexual no âmbito das universidades, e as providências, Magnífico Reitor, que são adotadas quanto às queixas de episódios relacionados à violência sexual contra universitárias.

Nós combinamos aqui, deputada Valeria e deputada Professora Bebel, que chegaram um pouquinho depois, que nós vamos conceder 20 minutos para o Magnífico Reitor Dr. Sandro e 20 minutos para a Dra. Claudia Maria, ouvidora geral, para que eles façam uma apresentação, prestando essas informações que eu mencionei agora e as providências que a Unesp tem adotado. Em seguida, nós vamos dar três minutos para cada deputado formular a sua pergunta e, depois, cinco minutos para cada convidado nosso responder àquela pergunta que foi formulada pelo deputado. Podemos prosseguir desta maneira? Ok? Há consenso? Então eu passo novamente a palavra, e finalmente, ao professor Dr. Sandro Roberto Valentini, Magnífico Reitor da Unesp. Com o senhor, então, a palavra, Dr. Sandro.

**O SR. SANDRO ROBERTO VALENTINI -** Bom dia a todos os deputados e deputadas presentes. Antes de começar, eu vou pedir para que, enquanto eu estou cumprimentando as pessoas, professora Claudia, você inicie a projeção, porque aí não perdemos o tempo.

Então, eu gostaria de, inicialmente, deputada Damaris, cumprimentá-la pela iniciativa. Esse é um tema bastante importante, um tema mundial, pois a questão da violência não é só do Brasil, não é só das universidades, mas pensar de dentro do tema "violência" a questão da violência sexual contra estudantes do ensino superior. Então é uma satisfação, parabenizo a iniciativa e o trabalho da Comissão e dos deputados que participam desta CPI e, com certeza, o nosso objetivo aqui é contribuir para o debate, para o aprimoramento dos trabalhos desta CPI.

Esta é a segunda CPI em que estive presente, pois ano passado participei de outra CPI e lá tive a oportunidade de conhecer e de me aproximar da deputada Valeria Bolsonaro, que está presente, da deputada Professora Bebel e também do Arthur do Val. Eu acho que são os três que participaram da CPI no ano passado, de forma presencial, não é? Essa é nova, nós estamos aqui em uma CPI no formato digital – e que venha a digitalização do mundo, que venha a digitalização do ensino superior. Agradeço a presença e cumprimento os deputados que já fizeram parte da CPI anterior, e também gostaria de cumprimentar o deputado Tenente Nascimento e o deputado Ed Thomas, que é meu conterrâneo lá da grande Martinópolis. Ele foi locutor na cidade onde eu nasci e hoje ele está em Prudente, mas Martinópolis é bem maior que Presidente Prudente, então eu já o conhecia de outras ocasiões.

Então, novamente, deputada Damaris, iremos contribuir. Farei uma apresentação breve, rápida e geral e deixei a parte específica, mais técnica, para a ouvidoria geral da universidade, que conhece melhor, pois esse é o trabalho do ouvidor. Então, dividimos dessa maneira a nossa apresentação – próximo slide, Claudia. Praticamente eu dividi em três tópicos a apresentação, essa parte é só para mostrar a questão da Unesp em números, mas será bem rápido, só para mostrar como a Unesp está dispersa no estado de São Paulo inteiro e o quão importante é o trabalho da nossa ouvidora, porque nós estamos em 24 cidades e 34 unidades.

Depois falarei um pouco do que conseguimos levantar para contribuir com o debate – talvez vocês já conheçam esse material – e, finalmente, como a Unesp enfrenta a questão da violência no seio dela, dentro da nossa universidade.

O próximo mostra, rapidamente... São dois slides para mostrar a Unesp – próximo. Então ela é uma universidade, como eu disse, bastante abrangente e que praticamente cobre todas as regiões do estado de São Paulo. Nós temos 34 faculdades ou institutos em 24 campi, que são onde realmente... As cidades e municípios onde nós temos o campus da universidade. Claro que temos mais faculdades do que o número de cidades, porque

em algumas cidades nós temos mais de uma faculdade, como em Botucatu, Araraquara e Bauru, onde nós temos mais de uma unidade da universidade.

Hoje nós temos cerca de 40 mil alunos de graduação, 14 mil alunos de pós-graduação – então temos mais de 50 mil alunos na universidade –, cerca de três mil professores e cinco mil servidores técnico-administrativos, ou seja, nós temos aí um conjunto de um município. Nós somos um município de mais de 60 mil pessoas, então é bastante amplo, e eu quis enfatizar isso justamente para mostrar o grau de complexidade para manter firme o respeito à diversidade e às diferenças, porque nós somos defensores de que um ambiente diverso é um ambiente rico.

Sabidamente, devido a todo o processo de inclusão e de cotas, nós sabíamos que estabeleceríamos ou aumentaríamos o nível de estranhamento dentro da universidade, porque isso é normal, nós normalmente estranhamos, inicialmente, essa questão da diferença, foi por isso que nós implantamos um projeto muito grande, o Educando para a Diversidade, prevenindo, educando e mostrando o quão importante é conviver e evitar violências e estranhamentos dentro da universidade.

Isso é só um mapa comparativo, que mostra uma comparação entre as três universidades do estado de São Paulo. Observem que o azul é a Unesp, então ela percorre todas as regiões, inclusive as regiões de menor índice de desenvolvimento, com menores IDH, está aqui na parte de Registro e Itapeva, vai até a região lá do Ed Thomas, Prudente, Rosana, mas ela percorre e preenche todo o mapa do estado de São Paulo quando comparada aqui com as outras duas coirmãs. Então esses são os dados iniciais da nossa universidade – próximo, Claudia.

Falando um pouco de alguns dados da literatura, porque isso é importante, e a Unesp tem – e as outras universidades têm – grupos de pesquisas que trabalham e se dedicam, em seus projetos, à discussão da violência e também da violência sexual, como nós abordaremos mais e ouviremos a Claudia sobre as denúncias – próximo.

Aqui são os dados. Uma coisa importante que o deputado aqui tem, e eu acho que vocês já perceberam isso, é que não é um assunto que tem uma vasta literatura. Então nós temos aí, a partir dos últimos dez anos, esse aumento e, com certeza, essa preocupação, inclusive das universidades, de acordo com a sua liberdade de cátedra, de pesquisar. Felizmente temos alguns grupos na Unesp que trabalham com a questão da violência, e um professor, especificamente, tem se dedicado à questão da violência sexual, é importante ter pesquisadores que contribuem com dados acadêmicos.

Então, esse aqui é apenas um panorama de alguns dados aqui nas Américas: nos Estados Unidos, esse é um dado interessante, 11% das alunas do 1º ano já tiveram algum tipo de agressão sexual. Isso foi importante porque já se tem esse conhecimento de que, no caso das universidades, são as alunas calouras que sofrem, em seus diversos tipos, a violência sexual. Isso mostra muito, até pela questão de que estão entrando, que ainda existe um certo desconhecimento e, a partir do segundo ano, há uma tendência de diminuir. Então o nosso trabalho – e eu falarei disso mais para o final – foi um trabalho muito voltado para os calouros, calouros e calouras, por causa dessa informação. Na Espanha, 7,7% das universitárias já foram vítimas de agressão sexual, e no Chile há um dado bastante alto, mas o curioso aqui é que é "a partir dos 14 anos de idade", ou seja, você tem esse tipo de violência antes do ingresso no ensino superior.

O próximo é um dado que vocês conhecem, porque eu li o material e vi que vocês conhecem esse estudo do Instituto Avon, que é um estudo de 2015, bastante novo, onde foi feito um trabalho com cerca de 1.800 universitários, dos quais 60% eram mulheres. Há uma categorização desse conjunto estudado, então 51% têm até 25 anos, 50% são de classe econômica média e 76% são de instituições privadas – nesse caso aqui é 1/4 para pública e 3/4 para privada, até o ensino superior no País segue esse padrão de 25% por 75%. Os resultados mostram números preocupantes: 46% desse grupo, tanto homens quanto mulheres, conhecem casos de violência sexual, 28% ou quase 30% das mulheres já sofreram e 13% – isso aqui é do grupo masculino – admitem que cometeram violência sexual contra as mulheres – nesse conjunto da Avon.

Esses dados ainda mostram que 14% conhecem casos de mulheres que foram estupradas, então observem que este estudo trabalhou ainda com a questão do estupro na análise que foi feita, com a questão de ser tocada sem consentimento e com a questão de ser forçada a beijar um veterano. Depois foi feita também a análise se isso ocorreu mediante o uso de álcool, então 14% conhecem e 11% sofreram tentativa de abuso sob o efeito do álcool, e esse é outro dado importante. Não existe uma correlação direta, mas o álcool, eu acredito que os deputados saibam, é um depressor do sistema nervoso central e tem efeitos diversos, de acordo com a dose.

Então o álcool pode desde provocar uma desinibição e aumentar a impulsividade das pessoas, até causar problemas e prejuízos na capacidade de julgamento e na capacidade de tomar decisões. Isso é muito importante, porque nós temos aqui a questão da violência sexual, mas a universidade também se preocupa muito com a questão do consumo do álcool e de bebidas, porque você pode ter, devido ao efeito da droga, coisas

diversas. É claro que o álcool, no consumo excessivo, também causa a perda da consciência, o coma alcoólico, que todos já ouvimos falar, então é muito importante esse estudo da Avon, é importante que uma ONG que se dedica a promover a saúde e o bem-estar da mulher tenha feito esse estudo.

O próximo slide mostra um caso aqui do Brasil, foi um dado que nós achamos na literatura brasileira. Então 56% dos alunos investigados, ou analisados, nesse estudo já sofreram algum tipo de violência, e cerca de 9% dessa violência é sexual. Os agressores aqui, os homens, 30% já praticaram algum tipo de violência – 11% relacionada a gênero e 3% de natureza sexual, que é o assunto da temática aqui desta CPI.

O último slide desse bloco mostra o caso da Unesp. Então, muito motivado lá pela CPI do Trote de 2014, nós criamos um grupo de trabalho para a prevenção da violência. Em 2017 nós criamos esse grupo de trabalho para fazer uma pesquisa, ou iniciar uma pesquisa, muito direcionada para a questão da CPI que vocês estão fazendo. Esses aqui são os dados de apenas uma unidade – grande – da universidade. Aqui há dados de dois anos em que a pesquisa foi realizada, então dá para perceber que, nos dois momentos, cerca de 40% dos analisados sofreu algum tipo de violência, mas é muito mais comum a questão do preconceito.

Nós temos aí em torno de 12% que sofreram preconceito por ser mulher, mas felizmente, na Unesp, a porcentagem desse preconceito que acaba causando um estranhamento mais severo e leva a uma agressão, a uma violência, incluindo a sexual, é bastante baixa e não chega a 1% em 2017. Em 2019 não houve relato de violência sexual, talvez até por um retorno que nós já estamos tendo com o trabalho do qual eu falarei na sequência.

De qualquer forma, algo que tem que ficar claro para os deputados é que é muito difícil comparar esses estudos, porque, assim como em outros estudos, a partir do momento em que você tem cada vez mais pesquisadores estudando o tema, você consegue estabelecer metodologias. Quando essas metodologias começam a ficar muito mais estabelecidas, você começa a fazer esses estudos e então consegue compará-los. Mas todos esses estudos aqui, toda vez que tentamos compará-los, vocês vêm que se perde um pouco na questão da comparação.

Então isso é um reforço, e eu vejo que é muito importante a recomendação desta CPI vir na direção de que as universidades realmente estimulem e busquem desenvolver grupos de pesquisa voltados para o estudo da violência sexual dentro das universidades.

Então não temos muito, e o pouco que tem não dá para comparar, mas felizmente temos docentes se dispondo, na Unesp, a fazer esse trabalho.

O próximo slide mostra como estamos enfrentando esses casos: começa pela questão da regulamentação, então nós temos uma resolução e uma portaria que proíbem o trote. Hoje nós queremos muito mais uma integração do que um trote – isso é velho, desde 1999 nós temos essa resolução e ela é mantida. Depois nós fizemos... Como existe essa questão do álcool, nessa portaria de 2005 nós proibimos a utilização de bebidas alcoólicas nos campi das universidades, com exceção de algumas situações e, para isso, é preciso solicitar permissão. Às vezes é alguma festa, alguma confraternização, algum docente que fez um concurso, então você tem uma comemoração com familiares, mas isso tem que ser muito documentado e é claro que o álcool está banido dessas festividades. Então a universidade tira de dentro dela as suas festas, isso é importante ficar claro – pelo menos aqui na Unesp nós fazemos isso.

O que a Unesp fez a partir da CPI do Trote de 2014? Então aqui eu pincei algumas recomendações que os deputados devem conhecer, como criar uma ouvidoria – no nosso caso, como a ouvidora está presente, eu vou passar rápido. Nós temos a nossa ouvidoria geral desde 2003, e, a partir da recomendação, nós decidimos fazer as ouvidorias locais, porque isso acontece não aqui na Reitoria, em São Paulo, isso acontece, com certeza, onde nós temos as unidades, então esse foi um trabalho importante e congregado, claro, pela ouvidora geral, que vai falar daqui a pouco.

Publicar relatórios: a ouvidoria publica – eu estou só mostrando os sites – os relatórios anuais do que a ouvidora ouviu da sua comunidade – isso passa também em conselho universitário.

Disponibilizar o serviço médico psicológico: sim, a Unesp acolhe as vítimas, a ouvidora falará mais disso, tanto vítimas de situações que ocorrem no seio da universidade quanto fora dela – acolhe e encaminha, faz os encaminhamentos que serão mostrados a seguir. E a questão de incentivar a recepção solidária e acolhedora, que foi algo importante da orientação da CPI anterior. Nós já tínhamos a questão do trote, mas aperfeiçoamos e criamos esse grupo de trabalho em prevenção da violência, e falarei adiante sobre o projeto Educando para a Diversidade – próximo slide.

Então quais são as políticas que nós temos hoje na Unesp para prevenir a violência, incluindo a violência sexual? Nós temos um observatório de educação em Direitos Humanos, desde 2007, coordenado por um professor de Marília, que tem como atribuição propor uma intervenção voltada à formação de uma cultura de direitos humanos, o que é

muito importante – eu estou pegando desde as políticas mais abrangentes até chegar às mais especificas. O fortalecimento das Comissões de Prevenção à Violência e da Comissão de Ética da Unesp. Isso nós fortalecemos agora, já na nossa gestão, a partir de 2017, e também foi a partir de 2017 que nós criamos esse grupo para fazer esse estudo na universidade, que vai ser continuado – ainda não temos a publicação, mas para com esses dados precisamente. Além disso, queremos trazer a questão da cultura da paz, nós queremos a paz, pois você não enfrenta a violência com violência, então tudo isso, desde 2017, nós estamos procurando imprimir cada vez mais na universidade.

Aqui, já em relação ao trote, nós temos duas frentes: o Disque Trote, então os calouros, quando chegam, já recebem um telefone onde eles devem ligar no caso de algum trote violento ou de uma violência sexual, quer seja na universidade ou fora dela, e começamos a trazer – essa é uma prática que está se fortalecendo – os pais dos alunos, dos calouros, para uma conversa, um café da manhã para conversar com os pais e para mostrar que eles, que são educadores importantes, estão transferindo a responsabilidade para a educação superior, mas continuam participando do processo.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Professor Sandro, desculpe interrompê-lo, mas os 20 minutos já se esgotaram, passou muito rápido. Então, se o senhor puder, por favor, encaminhe para a conclusão.

**O SR. SANDRO ROBERTO VALENTINI -** Posso, sim.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, professor.

**O SR. SANDRO ROBERTO VALENTINI -** Então o próximo aí, é só passar agora, não é? Então, no projeto Educando para a Diversidade, do qual nós já falamos, nós temos desde programas da TV Unesp até um portal, onde nós trazemos a questão da cultura da diversidade e a importância dela na universidade. O próximo slide mostra que, desde 2017, a Unesp foi a primeira a assegurar o nome social, justamente para evitar estranhamentos e respeitar o direito de todos dentro da universidade. O próximo mostra a questão... Esse finaliza esse grupo de slides, não é? Então o que nós fizemos? Criamos o projeto Bem Viver para Tod@s, procurando fortalecer a atividade de esportes, a atividade cultural, mostrando que a Unesp promove a cultura no processo formativo e a

saúde, inclusive a saúde mental. Aqui são exemplos de atividades que nós temos no acolhimento dos calouros e calouras dentro da Unesp.

Finalmente, eu acho que é importante ser destacado que, de todo esse trabalho, nós constituímos um guia de prevenção ao assédio. Então nós temos essa cartilha e, assim que os alunos entram, nas suas primeiras atividades eles recebem essa cartilha, que aborda todo o assédio, qualquer tipo de assédio, incluindo o assédio sexual. Então, como havia aquele dado de que muito da violência ocorre com os calouros – e com as calouras, aqui no caso da violência sexual –, nós procuramos fazer já o trabalho desde o momento em que os calouros e as calouras entram na nossa universidade. Então, obrigado pela atenção, deputada, e a Claudia falará especificamente, agora, das ações e das denúncias que nós tivemos na nossa universidade nesses dois últimos anos.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Eu agradeço então a apresentação do professor Sandro e quero cumprimentá-lo, foi uma apresentação bastante completa e certamente nós vamos colher da sua apresentação elementos muito relevantes para o trabalho que nós vamos fazer aqui. Parabéns, professor Sandro, e eu passo então a palavra à professora Dra. Claudia Maria Lima, ouvidora geral da Unesp, para então prestar as suas informações sobre o objeto desta CPI, no âmbito da universidade, e as providências adotadas quanto aos episódios ou queixas de episódios relacionados à violência sexual. Pela ordem, deputado Ed Thomas.

**O SR. ED THOMAS - PSB -** Pela ordem, presidente. Presidente, eu preciso me ausentar, mas acho que não prejudico, porque nós temos quórum, não é isso?

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Sim, temos quórum.

**O SR. ED THOMAS - PSB -** Então, eu dou um abraço no professor Sandro, na professora Claudia, dizer que a gente confia no trabalho, que a gente acredita no trabalho, e que esta CPI é muito, mais muito importante, protocolizada pela nossa deputada Damaris, sempre preocupada, desde que chegou à Assembleia Legislativa. Com certeza, a preocupação da nossa presidente Damaris é, acima de tudo, cuidar das pessoas, não é verdade? Quero te parabenizar pelo trabalho que está sendo desenvolvido e dizer que a gente está aqui à disposição, está bom? Então eu peço perdão, mas eu tenho que atender

alguns pais, para que a gente busque soluções também em outros segmentos que têm dificuldade, está certo? Um grande abraço a todos.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, deputado Ed Thomas, sempre tão atencioso, tão comprometido e tão envolvido com as atividades do Parlamento. Eu desejo ao senhor, agora, êxito na sua reunião. Muito obrigada, um bom dia e um abraço.

**O SR. ED THOMAS - PSB -** Obrigado, abraço.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Professor Sandro, antes de devolvermos a palavra à professora Claudia, é possível disponibilizar essa apresentação ou encaminhá-la ao e-mail da CPI, por favor?

**O SR. SANDRO ROBERTO VALENTINI -** Com certeza, deputada. Eu vou até pedir à Claudia, porque quem está com os arquivos é ela, e provavelmente a deputada também irá querer a apresentação de ambos, então ela já encaminha as duas, tudo bem?

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Ok! Muito obrigada, professor Dr. Sandro.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Questão de ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Pela ordem, deputado Tenente Nascimento.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Eu só gostaria de dar uma sugestão: nós vamos ouvir, na sequência, a professora, e eu gostaria de saber se não poderíamos formular as perguntas dessas informações que já nos prestou o professor? Depois a gente passaria a ouvir a próxima oradora, porque senão eu acho que ficaria muito extenso. É uma questão de ordem que eu estou perguntando a Vossa Excelência.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Deputado, eu vou responder a sua questão de ordem com a seguinte posição: eu penso que a

apresentação da Dra. Claudia Maria complementa a apresentação do Dr. Sandro. Eu penso que é mais produtivo ela complementar com as informações, para nós termos um conteúdo geral e então formularmos a pergunta. Podemos prosseguir assim, deputado? Tudo bem?

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Perfeito, tudo bem. Está respondida aí a questão de ordem, vamos ouvir a doutora.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Ok, deputado, muito obrigada pela compreensão. Vamos ouvir a professora Claudia Maria de Lima.

**A SRA. CLAUDIA MARIA DE LIMA -** Antes eu quero agradecer, dizer bom dia a todas e todos, e agradecer o convite das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados. Dizer da relevância dessa disposição, parabenizar a todos e todas por colocarem isso na pauta, por colocarem essa temática na pauta, e dizer que é muito importante que possamos discutir isso continuamente, que possamos trazer essa questão para a discussão, porque é uma situação grave, é uma situação bastante existente, o professor Sandro mostrou isso, e que a gente precisa enfrentar. Se toda a sociedade enfrentar a questão, eu acredito que a gente tem pela frente uma possibilidade de mudança de uma situação tão crítica e tão dolorosa às mulheres.

Eu vou fazer uma apresentação da atuação da ouvidoria, de como a ouvidoria tem agido nesses anos, em especial nesses últimos três anos, e do que nós temos feito justamente para enfrentar essa temática, para poder agir em relação a tudo isso. Eu vou fazer a transmissão e se tiver algum problema, por favor, vocês me avisem.

Bom, bom dia novamente. Como é que a ouvidoria... O professor Sandro iniciou falando que a ouvidoria foi criada a partir de 2003, mas nós tínhamos um problema: nós tínhamos apenas um ouvidor, que atendia a todas as circunstâncias e a todas as situações da Unesp. Como vocês viram no mapa, a Unesp está em 24 municípios do estado de São Paulo, e entre esses municípios há uma distância muito grande; se nós pensarmos entre Rosana e Guaratinguetá, por exemplo, são dez horas de viagem, 920 quilômetros, então havia a necessidade de estarmos no local e termos esse olhar dirigido ao local, porque são nas unidades que as questões ocorrem, são nas relações entre as pessoas que as questões ocorrem.

Então a Unesp, a partir de 2014 e 2015, faz uma reorganização da sua ouvidoria, que passa a integrar a Rede de Ouvidorias do Estado de São Paulo e se organiza de maneira que a gente tenha a ouvidoria geral coordenando os trabalhos e as ouvidorias locais nas unidades, próximas às pessoas, próxima à comunidade, tanto interna quanto externa, para atender às necessidades que são apresentadas ali, naquele momento.

Então a gente cria as ouvidorias locais, e em cada ouvidoria há um ouvidor, que é escolhido e apontado pelas congregações das universidades e aprovado a partir do seu perfil, e a gente tem uma grande rede de ouvidores – são 34 ouvidores que estão em todo o estado de São Paulo. Então a gente consegue colocar a ouvidoria, a ouvidoria de serviços públicos, em todas as unidades da Unesp. Isso nos traz a segurança de estarmos próximos no atendimento à comunidade.

Nessa perspectiva, a gente tem uma série de legislações que regulam as atividades da ouvidoria, legislações nas quais o estado de São Paulo é pioneiro e que vêm antes da lei federal. Desde 1999 o estado de São Paulo dispõe e apresenta uma regulação sobre essa temática, e isso é muito importante para nós, porque, ao longo desses anos todos, vimos construindo um conhecimento que vai dando à ouvidoria condições de agir e que vai criando uma rede que permite que a gente entenda melhor o papel da ouvidoria e haja no sentido de proteção às pessoas.

Então a gente tem uma legislação estadual e federal, e a gente tem a legislação específica da Unesp. Dentro da legislação específica da Unesp, nós temos: a proibição do trote – desde 1999. As resoluções que criam a ouvidoria – a primeira, em 2003, e depois em 2015, quando ela é reorganizada e nós criamos as ouvidorias locais. E nós temos, a partir de 2017, com a lei federal, algumas mudanças em termos de prazos de resposta.

A lei federal, quando é publicada, em 2017, deixa muito claro qual é o papel da ouvidoria, e nós, da Unesp – na Ouvidoria Geral de Serviços Públicos da Unesp – assumimos o compromisso, em especial, com as atribuições que estão previstas na lei. Nós vamos trabalhar o tempo inteiro com o recebimento, a análise e o encaminhamento das questões que chegam, especialmente das questões de violência, e, de uma maneira geral e mais específica, da violência sexual contra as mulheres. Nós agimos em uma relação de mediação e conciliação, dependendo da situação, porque o nosso princípio é cultura da paz, no sentido de que a gente precisa dialogar, compreender e agir com as questões que são apresentadas a partir daquilo que nos chega.

Há um princípio dentro da ouvidoria da Unesp que é o da contribuição e do aperfeiçoamento dos serviços prestados, então, todas as questões que chegam à ouvidoria

servem não só para dados estatísticos, no sentido de mostrar a atuação, mas também para contribuir com o aperfeiçoamento do serviço público. Por exemplo, quando a gente identifica uma falha em determinadas situações ou em um determinado atendimento, a gente aponta essa falha ao gestor para que isso possa ser corrigido e a gente melhore a prestação do serviço que a Unesp oferece. Desde situações de sala de aula até situações das clínicas-escolas, enfim, as mais diferentes situações, porque, como os senhores e as senhoras puderam perceber, a universidade, com quase 60 mil alunos, tem um número muito grande e situações que ocorrem.

Nessa perspectiva, qual é a forma principal de atendimento? Nós temos uma página que tem o objetivo de ser um canal de comunicação, informação e acolhimento, e essa página traz as informações específicas da ouvidoria. Nós temos um sistema de ouvidorias que foi concebido a partir do sistema do Estado, da Ouvidoria Geral do Estado, e os trâmites das denúncias, reclamações e solicitações de informação são recebidos pela página da ouvidoria, que acolhe tudo isso.

Nessa página a gente também tem a legislação específica e os serviços, então vocês vão perceber que o guia do assédio que o professor Sandro falou ocupa um lugar de destaque na página, justamente porque a gente entende que precisa informar e dar condições a esta mulher de poder denunciar e de se sentir acolhida. Nós também temos nessa página, por exemplo, uma campanha do Ministério Público Federal, que é a da Lei do Minuto Seguinte. Nós a disponibilizamos na nossa página, assim como outras campanhas que surgem sobre a temática, para que tenhamos acesso e também para que as mulheres se sintam acolhidas.

A partir da página a gente identifica qual é o nosso contexto. Nós recebemos denúncias – eu vou mostrar um pouco dos números –, e a ouvidoria da Unesp está incluída em um contexto do estado de São Paulo em que há um número muito alto de estupros e de lesão corporal dolosa. Nós usamos os dados, em especial, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que apontam um número alto de violência sexual contra as mulheres.

Nessa direção, o que a ouvidoria faz? Como a gente age em relação a isso? A Unesp está inserida na sociedade, e a violência é um fenômeno social que precisa ser enfrentado, então como é que a gente enfrenta? Nós enfrentamos com várias ações: as ações de prevenção, como o professor Sandro falou, as ações de ação propriamente dita e as ações de acolhimento. Nesse sentido, a ouvidoria tem agido em todas elas, e eu vou mostrar um pouquinho de como é que a gente foi construindo essas ações ao longo desses

últimos anos. Claro que ainda temos muito a construir, e acho que esse debate é muito importante, porque nos ajuda também a identificar o que temos a construir, o que podemos melhorar e aquilo que não temos. Isso é importantíssimo para nós.

Diante disso, nós temos uma realidade do fenômeno violência na sociedade que é uma realidade bastante cruel em relação à mulher, uma realidade muito dolorosa, e a gente precisa enfrentar isso dentro da universidade. Na universidade nós temos um número que, em oposição ao número do estado de São Paulo – o número de registros, de denúncias de violência sexual contra a mulher –, é baixo, no sentido interno, quando a gente fala das denúncias que acontecem nos campi da Unesp.

A ouvidoria recebe um número alto de registros anualmente, este ano, em especial, no primeiro semestre, nós recebemos 1.114 registros das mais diferentes solicitações, das mais diferentes reclamações, das mais diferentes denúncias. Dentre essas denúncias que a ouvidoria recebeu, em 2019 nós tivemos 15 denúncias caracterizadas como violência sexual, e em 2020 nós tivemos seis. Dessas 15 de 2019, nós temos três relativas a assédios que ocorrem em grupos de WhatsApp ou nas redes sociais, e não dentro do campus da Unesp, e outras três que não são denúncias individuais, são denúncias de centros acadêmicos e coletivos de mulheres, sobre situações em festas – como o professor Sandro falou, situações, muitas delas, com descrições de uso de álcool e outras drogas, e há uma situação específica fora do campus da Unesp.

Esse é um papel importante, porque essas denúncias não são de competência da Unesp, mas elas nos ajudam a formular as políticas de enfrentamento e as políticas de acolhimento, o que é importante para nos dar parâmetros de onde a gente consegue atuar. Dentro das denúncias de 2020 a gente também tem denúncias que são relativas a assédios em redes sociais aluno/aluna, é importante relatar isso. Então essas situações de redes sociais são entre aluno e aluna, ou são de pessoas externas à universidade, à comunidade.

Muitas vezes as mulheres não encontram canais disponíveis – e isso é uma questão importante para a gente enquanto sociedade – e, quando estamos disponíveis para isso, nós recebemos registros de pessoas em desespero, em situações de agressão, de violência doméstica, por exemplo, e que encontram no canal da ouvidoria da Unesp a possibilidade de falar sobre aquela situação. Essas pessoas, muitas vezes, não têm nenhuma relação com a universidade, mas elas encontram ali um canal para falar da sua situação. Nós vamos acolher e vamos tentar orientá-las, no sentido de como fazer para diminuir o sofrimento dessas vítimas, então a gente tem essa disponibilidade para toda a comunidade, e a gente tenta dar acolhimento a tudo isso.

A partir desses números, nós fomos identificando ações, e as estatísticas nos servem para propor políticas de ação, os dados nos mostram o direcionamento. Quais foram as ações principais que nós estabelecemos? A ação que nos norteia, a ação que nos dá direção em relação à nossa ação como ouvidoria, é a construção de um protocolo institucional de acolhimento às vítimas de violência sexual na Unesp. Esse protocolo foi formulado a partir de princípios gerais e a partir dos estudos que os pesquisadores da Unesp têm sobre a temática. Então, todos os pesquisadores que estudam a questão da violência sexual, e que estudam a questão da violência contra a mulher em um sentido mais amplo, foram convidados a ajudar a ouvidoria a estabelecer um protocolo de acolhimento às vítimas de violência sexual.

Nós fomos buscar as boas práticas que já existem, que já estão colocadas. Uma delas é esta que está estabelecida pela Secretaria Municipal de São Paulo no trato e no atendimento às vítimas de violência sexual e que vai falar da atenção focada nas demandas e necessidades dessa mulher, das atitudes necessárias, compressivas e solidárias, da escuta ativa, de ouvir essa mulher, de ouvir a ocorrência, de ouvir aquilo que aconteceu, porque muitas vezes ela não tem outro espaço para essa fala, esse espaço para poder expor a situação. Ela está em uma situação de vulnerabilidade, uma situação de sofrimento, e ela precisa ser ouvida, o que é fundamental, ter um trago digno e respeitoso, que vai dar a essa mulher a segurança de que ela está sendo atendida e ouvida é importante.

Quando nós falamos de expressar a nossa compreensão da magnitude do acontecimento e do que aquilo representa, em especial nos termos da violência em questão, falamos sobre como respeitamos o sofrimento, o respeito ao sofrimento, o respeito à situação que ela está vivendo, sem nenhum julgamento, pois não compete a nós fazer julgamentos. Então a gente acolhe, respeita e trata de maneira digna e ética, considerando todas as relações que foram estabelecidas.

Nós temos uma necessidade de expressar mesmo a compreensão em relação a todas as situações que possam ser parte do relato. Em nenhum momento queremos dados, porque às vezes a gente pode, no sentido de tentar ajudar, querer ser curioso. Não, não há essa possibilidade, quer dizer, os nossos princípios no acolhimento não nos permitem ter uma inquisição, uma curiosidade sobre o ocorrido, sobre a violência. Isso ela vai fazer em outros lugares, existem outros espaços, aqui ela vai falar aquilo que ela achar importante, sem nenhum tipo de comentário ou atitude, inclusive postural, que possam trazer a essa mulher um juízo de valor ou que causem a revitimização dessa mulher. Quer

dizer, ele é vítima e, muitas vezes, falar novamente sobre a situação a coloca em uma situação em que ela volta à situação da agressão, então a gente tem sempre esse cuidado, para que ela não se torne vítima novamente a cada vez que repete a mesma situação.

A gente não restringe o atendimento à situação de emergência, ou seja, não é só quando acontece o fato. Vocês vão perceber que o protocolo é longo, extenso, e vai acompanhar essa mulher nessas situações, sempre agindo com princípios bioéticos de autonomia – essa mulher é autônoma –, de beneficência, de não maleficência, de justiça e equidade – vamos tratar todas as pessoas de maneira igual, de maneira que se dê a elas o acolhimento que precisam.

Em relação ao nosso protocolo, nós temos dois protocolos: um para situações internas ao campus, que a gente chama de "intramuros", e diz respeito àquilo que acontece na unidade, àquilo que acontece em sala de aula, nos laboratórios, nos espaços da Unesp. O outro é para aquilo que acontece nos espaços fora da Unesp. As senhoras e os senhores vão perceber que os procedimentos de acolhimento são os mesmos, mas os procedimentos administrativos são distintos, por conta da legislação.

Então, o que acontece quando uma mulher denuncia uma violência sexual? Independentemente do tipo de violência sexual, nós não fazemos julgamento da gravidade, no sentido de dar a essa mulher um sofrimento menos ou mais, entendendo que aquele sofrimento pode ser maior ou menor a partir da tipificação da violência, tratamos a violência como algo que fere a dignidade humana e a partir da queixa que essa mulher traz para a ouvidoria.

Nesse momento nós temos algumas medidas protetivas, que vão fazer com que ela se sinta acolhida ou trazer as condições de acolhimento, e temos as medidas administrativas, que podem levar a uma punição ou que podem levar a procedimentos de mediação e aí depende da própria situação. Como medidas protetivas, o que nós temos? Os aspectos psicossociais, quer dizer, criar condições para que essa mulher, vítima dessa violência, seja acolhida no seu sofrimento psíquico, seja acolhida no seu sofrimento de saúde mental, no sentido de que ela precisa ser ouvida. Como é que a gente faz isso? A partir das condições da unidade. Todas as unidades têm seções técnicas de saúde, algumas seções têm ou não psicólogo, têm os médicos que estão disponíveis, mas, de qualquer maneira, todas as unidades têm convênios e parcerias com o SUS, que a gente vai utilizar, retomando essa relação com o Sistema Único de Saúde e com as redes de apoio.

Como é que se dá essa questão das redes de apoio? A gente tem um mapeamento das redes de apoio a partir da identificação dos pesquisadores, então, naquela cidade,

naquele Município, nos municípios próximos, quais são as redes de apoio às mulheres que sofreram violência sexual? A gente identifica e tenta estabelecer a parceria para que essa mulher seja entendida naquela localidade, para que ela consiga ter o atendimento necessário, aquilo que ela precisa em termos de saúde mental, que é uma questão bastante importante.

Como segundo item das medidas protetivas nós temos os aspectos pedagógicos. Não podemos esquecer que essa mulher é uma estudante da universidade e que ela tem um aspecto pedagógico, ela está na universidade em formação profissional, em formação no ensino superior, então a gente precisa considerar essa característica, que é uma característica bem específica da universidade, como uma característica de medida protetiva. Como fazemos isso? Todas as pró-reitorias e todas as áreas específicas têm ações que vão pensar a situação específica. Então nós temos uma mulher que chega com uma situação interna específica de violência sexual e nós vamos analisar aquela situação para que ela possa, nos seus aspectos pedagógicos, ser acolhida. Eu vou dar um exemplo...

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Dra. Claudia.

**A SRA. CLAUDIA MARIA DE LIMA -** Pois não.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Só um minutinho, me perdoe por interrompê-la.

**A SRA. CLAUDIA MARIA DE LIMA -** Claro.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** É só para avisar que os 20 minutos já transcorreram, mas você pode concluir a sua apresentação, só peço que considere o prazo que já foi esgotado, mas você poderá concluir a sua apresentação. Obrigada.

**A SRA. CLAUDIA MARIA DE LIMA -** Obrigada. Bom, em relação às medidas protetivas nos aspectos pedagógicos, há um item que é bastante importante: no ano passado nós tivemos uma discussão, que aconteceu dentro da Comissão de Prevenção à Violência e depois nos órgãos colegiados da Universidade, sobre uma resolução específica que trata da transferência de alunos. Dentro dessa resolução foi incluído um

caso específico, o Art. 13, que vai tratar dos casos excepcionais que envolvam ameaça à integridade física, moral ou emocional, e poderá ser concedida transferência entre campus, independentemente da existência de vagas remanescentes, o que é um aspecto bastante importante. Em parágrafo único, os casos excepcionais de que trata o caput desse artigo deverão ser devidamente analisados pelos conselhos de curso e pela congregação.

Por que fizemos isso? Como eu disse anteriormente, tudo aquilo que nos chega a partir de denúncias é considerado para as políticas e para as ações da universidade, e nós tivemos um caso – que aconteceu fora da universidade, em uma festa – de uma estudante que foi estuprada. Ela foi estuprada em uma república, em uma situação específica, fora da universidade, mas nós acolhemos o pedido, porque ela se sentia, naquele momento, exposta e não estava segura de permanecer no Município, naquela unidade. Ela pediu para que pudesse terminar os estudos em outra unidade, e nós avaliamos que ela seria duas vezes vítima se tivesse que se manter no Município com o agressor, então foi dado a ela a possibilidade de ser transferida de unidade.

Ela foi transferida para outro campus, que ela escolheu, onde havia um curso semelhante ou igual, para dar continuidade aos seus estudos. A partir dessa situação, nós colocamos uma resolução de transferência no artigo específico sobre violência, que dá a essa ou esse estudante, de maneira geral, mas em especial em casos de violência sexual, a possibilidade de continuar os seus estudos e de não ter a vida interrompida por uma violência tão sofrida e tão cruel quanto é a violência de caráter sexual, então a gente cria esses mecanismos.

Temos as medidas de aspectos médicos, novamente com as redes de apoio e um acesso aos serviços públicos de saúde, de convênios, de contatos e de relação que são direcionadas. As orientações de assistência social e política, com redes de apoio também – a gente trabalha sempre com redes de apoio – para que essa mulher se sinta protegida e orientada, e os procedimentos administrativos, que são específicos para casos de situações intramuros, para casos que acontecem dentro da universidade. Primeiro a ouvidoria recebe, identifica e faz uma análise de responsabilidade, depois decide se vai fazer a apuração ou se vai encaminhar essa apuração à Corregedoria do Estado – se tivermos casos de servidores técnico-administrativos ou docentes, dependendo da situação. Esse encaminhamento é feito...

**O SR. SANDRO ROBERTO VALENTINI -** Claudia, eu vou interferir delicadamente também, porque esse material vai ser disponibilizado, então eu passaria

rapidamente, sem detalhamento. Eu estou fazendo isso porque eu estou reitor e não quero deixar a deputada ter que fazer uma nova intervenção. Por favor, conclua ou passe rapidamente – só tem esse e mais um slide – pois isso vai ficar à disposição. Nós vamos ter agora um período de conversa e de debate e, se você tiver a oportunidade, você coloca novamente, por favor.

**A SRA. CLAUDIA MARIA DE LIMA -** Está bem, professor. Voltando: então nós temos a apuração das responsabilidades e o encaminhamento em todas as instâncias, até a publicação, por exemplo, em "Diário Oficial", e, se esse agressor for estudante da Unesp, ele pode ser punido em relação a isso, então a gente tem isso de casos internos. Temos também um protocolo de casos externos, mas, como eu havia dito, as situações de acolhimento são as mesmas, independentemente de onde ocorreu o caso, então a gente vai acolher essa mulher em sua necessidade, só que não podemos fazer os procedimentos administrativos, pois não nos compete, em termos de competência jurídica, fazer a apuração de situações que aconteceram fora da universidade – acho que isso é importante para que a gente possa dar destaque da responsabilidade. Esse protocolo vem sendo aplicado, e a gente tem conseguido trabalhar com as situações específicas.

A partir disso, a partir do que nós fizemos e do que nós temos, a ouvidoria tem atuado em conjunto com os projetos (Inaudível.) colocados, e o que a gente tem (Inaudível.) futuro? Primeiro, o diálogo. O diálogo com as comissões de prevenção e com os coletivos de mulheres, que nos trazem, muitas vezes, informações importantes, e o diálogo com a formação das ouvidorias locais, em um atendimento e acolhimento a essas vítimas. Segundo, nos programas específicos, por exemplo, na divulgação da cartilha do assédio e da mostra – essa cartilha foi disponibilizada para todas as universidades que tiveram interesse, por exemplo –, e todas as ações de enfrentamento em que a ouvidoria pode agir, em que a ouvidoria pode se colocar.

A gente tem isso como princípio básico, que é justamente poder acolher essa mulher em situação de violência, dar a ela as melhores possibilidades de dar continuidade a sua vida acadêmica e de diminuir esse sofrimento causado por uma violência sexual. Obrigada e desculpa ultrapassar o tempo, mas é que as questões são complexas, e a gente tem trabalhado com elas de uma maneira tão intensa que acaba se envolvendo.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Eu quero agradecer a professora Claudia e aproveito para, novamente, agradecer a ambos pelas

apresentações que fizeram. Eu as considerei bastante completas e quero até destacar aí dois pontos muito interessantes, professora Claudia, da sua apresentação. Um deles, até porque lido com violência doméstica e familiar, foi essa sensibilidade da Ouvidoria com relação às pessoas que não estão ligadas à universidade e que encontram, na Ouvidoria da universidade, um canal de atendimento e de acolhimento. Chamou muito a minha atenção essa sua informação, e eu quero, inclusive, cumprimentar a universidade pelas boas práticas, que precisam ser conhecidas, destacadas e valorizadas.

Dentre outras boas práticas que você mencionou na sua apresentação, sinceramente, eu fui movida a fazer este destaque: o acolhimento e a oitiva, a escuta, de uma pessoa que não tem relação com a universidade, mas é parte da comunidade, e a universidade então está ampliando esse acolhimento e essa escuta para pessoas da comunidade. Parabéns por esta prática e, naturalmente, todas as que foram apresentadas são muito significativas dentro deste contexto de quebrar o silêncio. Eu vou encerrar minha fala aqui, para então abrir à participação dos deputados, fazendo um último registro: o maior obstáculo para se combater a violência contra mulher e a violência contra vulneráveis é o silêncio.

Todas as ações que estimulam e que criam um ambiente de segurança para que a vítima possa falar são valiosíssimas, eu entendo até que são as mais importantes, porque é a partir da quebra do silêncio que qualquer outra medida pode ser adotada. Então, o silêncio é, de fato, o maior obstáculo para combatermos a violência contra vulneráveis, a violência contra mulher, a violência doméstica e a violência sexual em qualquer espaço de convivência humana. Então eu preciso fazer esse registro, pois já o identifiquei há muito tempo, e trabalhamos com o estímulo à quebra do silêncio, porque só a partir dele nós vamos conseguir adotar qualquer tipo de providência a respeito da violência, e a ouvidoria nada mais é do que o espaço mais adequado para as pessoas quebrarem esse silêncio. Então, parabéns professora Claudia e parabéns professor Sandro pelas apresentações que fizeram, completas e, inclusive, nos informando de práticas muito, muito importantes nesse contexto.

Após, então, esses agradecimentos e esses registros, nós vamos abrir as inscrições para os deputados, que farão as suas perguntas. Estão abertas as inscrições. Pela ordem, Professora Bebel.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Muito obrigada, Dra. Damaris, presidenta desta Comissão, necessária, sobretudo, pelo tema, que é a violência sexual que

atinge as estudantes universitárias. Eu começo cumprimentando o Dr. Sandro, por quem tenho, assim, um grande respeito. Nós tivermos, no ano passado, um bom período juntos, e acho que foi o grande ganho, não é? Aprendemos muito, doutor, eu, pessoalmente, aprendi muito, em temos de ter um olhar para dentro da universidade e do papel da universidade, por exemplo, no desenvolvimento da sociedade, sobretudo na produção de ciência e tecnologia. Cumprimentar a Dra. Claudia também, pela exposição e pelo trabalho desenvolvido juntamente com o Dr. Sandro.

Esse tema é espinhoso, não é, Dra. Damaris? É um tema que mexe, e mexe profundamente, porque, quando você pega uma mulher que foi violentada, não é muito simples você arrancar dela detalhes, elas não dão. É sobre isso que eu queria começar a perguntar, sobre como é essa metodologia de, no papel de ouvidoria, levantar os fatos que chegaram à violência, seja ela sexual, moral, enfim, o assédio. Qual é a metodologia? Porque não é simples eu perguntar: "Ah, você levou o nome tal? Você foi acometida sexualmente?", é difícil de arrancar esse tipo de coisa, não é fácil, então qual é a metodologia?

Eu tinha uma questão aqui... O Dr. Sandro falou de um curso, que é o Educando para a Diversidade, e talvez, falando um pouco disso, Dr. Sandro, eu acho que o senhor responde a minha questão, porque eu perguntei o seguinte: a universidade tem realizado ações político-pedagógicas para tratar dessa temática da violência sexual junto ao corpo docente e discente? Então eu acho que isso já tem a ver com o projeto desenvolvido pela universidade. Outra questão também, com relação ao guia contra o assédio em ambiente acadêmico: ele foi motivado por algum caso específico? Existem estudos na universidade sobre – bom, isso ela apresentou – sobre casos de violência sexual ocorridos no último ano? Foram aqueles seis casos que você apresentou.

Enfim, a questão central para mim é a seguinte: se detectado, por exemplo, há um caso de violência e nós detectamos o agressor, quem fez a violência, quais são as medidas? Como é que aborda? Qual é a abordagem? Essa é uma coisa que eu fico preocupada. Eu não sou muito policialesca, eu tenho outro... Não vou dizer como eu abordaria, por isso quero ouvi-los, mas então qual é a medida, Dr. Sandro e Dra. Claudia? Essas são as minhas questões, Dra. Damaris, muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, deputada Professora Bebel. Então qual é a metodologia, me parece que foi direcionada à

professora Claudia, para extrair da mulher quais foram as práticas das quais ela foi vítima, e, talvez ao Dr. Sandro, qual é a abordagem que se faz ao agressor quando...

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** E falar também do Educando para a Diversidade, que é uma coisa que eu acho que ele ia passar, mas eu vi... Era uma pergunta que eu ia fazer, mas ele já falou, então é melhor ele falar do Educando.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Questão de ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Questão de ordem, deputado Tenente Nascimento.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Eu gostaria de saber como será o procedimento: o deputado faz a pergunta e ela responde, ou será resposta no final?

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Deputado, me parece que o senhor chegou um pouquinho depois, mas a gente estabeleceu o seguinte procedimento: serão três minutos para o deputado formular as perguntas, e ele vai direcionar ou para a professora Claudia ou para o professor Sandro. Eles registram a pergunta que lhes foi feita e cada um terá até cinco minutos para responder a pergunta que lhe foi formulada. Ok, deputado?

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Perfeito! Obrigado, deputada. Vamos seguir.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, deputado. Eu vou então passar a palavra à professora Claudia Maria.

**A SRA. CLAUDIA MARIA DE LIMA -** Bom, eu vou iniciar as respostas das três e aí o professor Sandro já complementa aquilo que faltou ou que ele acha importante dar destaque. Eu vou começar respondendo o que a deputada Professora Bebel perguntou em relação à abordagem: nós não tivemos, em 2019 e 2020, casos de estupro intramuros, então eu sempre vou me referir aos casos que aconteceram dentro da Unesp, porque são aqueles com os quais a gente consegue trabalhar administrativamente.

Em relação aos procedimentos de acolhimento, eles são os mesmos, mas nós não tivemos casos de estrupo, tivemos situações de assédio sexual e importunação. Como é que nós fazemos nessas situações, como é que a gente encaminha e qual é a abordagem que a gente dá? A vítima faz a denúncia, ela é analisada e, a partir daí, da análise, nós identificamos de quem é a responsabilidade para a apuração e o acompanhamento.

Essa responsabilidade é dada, então a ouvidoria aciona a direção da unidade em que aquela situação ocorreu, e a direção, em conjunto com a assessoria jurídica, vai estabelecer ou a análise de uma, como nós chamamos, Comissão de Apuração Preliminar ou uma sindicância, dando o trâmite necessário a essa apuração. Aí vão ser ouvidas as pessoas que, de alguma maneira, estão envolvidas na situação. Essa é, de maneira geral, a abordagem que se faz administrativamente nos casos intramuros – dando destaque ao fato de que não tivemos casos, em 2019 e 2020, em que precisássemos ter outros elementos externos, então a gente tem os casos específicos.

Em relação a como a gente consegue fazer com que a vítima fale, a gente dá a ela o que a gente chama de "escuta ativa": a gente se coloca à disposição para que essa mulher, vítima da violência sexual, fale aquilo que ela desejar, aquilo que ela se sentir à vontade para falar. Então, dependendo da situação, dependendo – porque a denúncia sempre parte da descrição e daquilo que é colocado pela vítima, daquilo que é colocado por essa mulher em sofrimento, então a gente coloca essa escuta ativa e, a partir daí, essa mulher vai ser atendida.

A gente tem todas as redes de apoio para que ela seja acolhida, para que ela seja ouvida, seja por um psicólogo ou uma psicóloga, seja por um psiquiatra, por alguém que vai dar a ela condições de se sentir segura, e todos os trâmites administrativos vão respeitar essa condição, então ela só vai falar se ela se sentir bem, em condições e segura para essa fala. A nossa ação é sempre na escuta da necessidade dessa mulher, porque a gente entende que o falar sobre a violência também causa sofrimento, então a gente precisa que essa mulher esteja preparada para esse falar. Acho que isso responde um pouco sobre como a gente age, nesse sentido de escuta ativa.

Em relação ao Educando para Diversidade, talvez o professor Sandro possa trazer, mas eu acho que é importante dar o destaque de que o programa, que é um projeto grande, mostra às mulheres que, muitas vezes, aquilo que pode parecer brincadeira não é brincadeira, é uma violência, que precisa ser denunciada e isso precisa ser falado. Ao propor esse programa, o qual o professor Sandro vai detalhar, a gente diz a comunidade e mostra que não aceitamos nenhum tipo de violência.

A violência sexual é uma violência que atinge, fundamentalmente, as mulheres e, como a deputada Dra. Damaris falou, elas precisam quebrar o silêncio. Nós estamos, na ouvidoria, preparados para apoiá-la e acolhê-la, então a ideia do guia do assédio é justamente essa, de dizer: "Olha, para todas essas situações em que você está sofrendo, nós estamos aqui, prontos para recebê-la", porque muitas vezes a mulher sofre sozinha por se ver em uma condição de falta de apoio.

A gente faz a proposta de políticas de enfrentamento justamente para disponibilizar a essa mulher condições de falar, então o guia do assédio entra, para a ouvidoria, com essa característica, mostrando a essa mulher – da comunidade da Unesp e externa – que situações simples, por exemplo, ser forçada a beijar, não são simples, porque elas causam sofrimento e precisam ser denunciadas, elas precisam ser faladas, e a gente tem um espaço na ouvidoria para isso.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, professora Claudia. Professor Sandro, então, agora.

**O SR. SANDRO ROBERTO VALENTINI -** A Claudia já abordou bem as questões, então eu só vou complementar em algum aspecto. Houve uma pergunta específica, que foi se a cartilha do assédio foi feita por um motivo específico: ela não foi feita por um motivo específico, mas foi feita justamente para a questão da prevenção. Nós descobrimos, desde o início – eu vou até historiar um pouco a questão do Educando para Diversidade, que é muito mais amplo, não é só para a questão da violência sexual, mas passa por ela –, que a melhor forma é prevenir. Eu acho que a Claudia abordou bem, e a própria Damaris comentou isso pela sua experiência, o fato de que a ação a posteriori é muito mais difícil e complicada, com diversos aspectos que, muitas vezes, são difíceis de solucionar, então, sem dúvida, o nosso trabalho para educar para a diversidade vem na perspectiva da prevenção.

E como isso surgiu? Eu entrei aqui com a minha equipe em 2017 e convidei um professor, um professor negro, que foi contratado na Faac de Bauru, e ele sofreu muito, enquanto professor negro, dentro da universidade. Então havia banheiros sendo pichados, e, inclusive, esse foi um professor que, no carnaval do ano passado, foi esfaqueado, levou uma facada, pela questão racial. Então, eu falei assim: "Professor Juarez, eu quero te convidar para ser meu assessor, para tratar desta questão, já que nós temos toda uma inclusão, inclusive com 30% de PPIs. Então, venha trabalhar comigo, no sentido de

montar um projeto educativo para mostrar que a diferença é muito importante no processo educativo. Nós precisamos aprender com as diferenças", e aí desemboca na questão de prevenir a violência, qualquer que seja, inclusive a violência sexual com as mulheres, sejam brancas, sejam negras, sejam de qualquer raça.

Essa foi a ideia: vamos fazer a prevenção, haja vista que nós vamos concluir o projeto de inclusão – que começou em 2014 e terminou agora em 2018. Nós temos hoje mais de 50% de egressos de escolas públicas, mesmo no curso mais concorrido, que é o de medicina. Então, no curso de medicina você tem 50% das vagas para egressos de escola pública e 50% para quem fez escola privada, com o componente de 35% para pretos, pardos e indígenas. Então foi esse o motivo, "vamos educar", e aí foi constituído um curso pela TV Unesp, que nós temos em Bauru – e ele também é de Bauru, da área de comunicação, esse professor. Ele decidiu montar esse ciclo de palestras e debates com diversos temas, inclusive envolvendo a questão da mulher e também a criação de um site, então nós temos as atividades sendo praticadas na televisão e disponibilizadas, com muitos outros temas, dentro desse site.

Isso deu uma certa... Penso eu, um entender de que o diverso é importante, de que conviver com iguais não traz inovação, então nós estamos convivendo com diversos, mas, o mais importante, respeitando o diverso, respeitando o outro e aprendendo com ele. Então, acho que vem muito mais na perspectiva da prevenção, deputada Bebel.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Eu agradeço as respostas da professora Claudia e do professor Sandro. Professora Bebel, a senhora está satisfeita com as respostas?

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Nossa, completamente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Ok.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Eles me contemplaram, sim. Muito bom.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, Professora Bebel, professora Claudia e professor Sandro. Estão inscritos, pela ordem aqui, a deputada Valeria Bolsonaro e, após, o deputado Tenente Nascimento. Eu passo

então a palavra agora para a nobre relatora desta CPI, deputada Valeria Bolsonaro, para fazer então as suas perguntas. A senhora tem, deputada, o tempo de três minutos para fazê-las, obrigada.

**A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL -** Bom dia a todos. Queria fazer um agradecimento especial ao reitor Sandro, muito obrigada pela sua presença. A professora Claudia, muito obrigada pela presença. Também gostaria de agradecer muito a explicação de vocês e parabenizá-los, também, como falou a deputada Dra. Damaris, pelo excelente trabalho que vêm realizando.

Eu gostaria de fazer duas perguntas bem simples: o professor Sandro falou sobre as festas, disse que na universidade, se houver algum tipo de comemoração, é preciso de autorização para bebidas alcoólicas e etc. Como é feita essa fiscalização dentro do campus da universidade? Existe, dentro dos campi da Unesp, todos eles, algum tipo de restrição ao patrulhamento extensivo da Polícia Militar? Existe, na ouvidoria, algum tipo de reclamação sobre a falta de segurança dentro dos campi? Então eu gostaria de abordar esse lado de fiscalização e aceitação da polícia dentro dos campi, falta de segurança, se existe reclamação e como isso funciona dentro dos campi da universidade, por gentileza.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, deputada Valeria Bolsonaro. Começamos pelo Dr. Sandro ou pela Dra. Claudia?

**A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL -** Fiquem à vontade.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Dra. Claudia, então? Podemos começar pela Dra. Claudia?

**A SRA. CLAUDIA MARIA DE LIMA -** Claro, podemos, sim. Bom, deputada Sra. Valeria Bolsonaro, em relação às denúncias ou às reclamações de falta de segurança nos campi e nas unidades universitárias, em 2019 e 2020 nós não tivemos nenhum registro em relação a isso, sobre situações em que as estudantes ou os estudantes estivessem se sentindo inseguros dentro das unidades, não temos esse registro na ouvidoria.

**A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL -** Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Professor Sandro.

**O SR. SANDRO ROBERTO VALENTINI -** Eu queria acrescentar, porque é uma pergunta importante (Inaudível.) talvez parcialmente, já divulgado algum tipo de informação, pela questão de sermos multicampi, não é? Então, na portaria que delega isso, que é essa que está aí na apresentação, nós delegamos essa responsabilidade para o diretor – é impossível para o reitor fazer o controle de tudo. Eu já fui aluno da própria Unesp, fiz Farmácia em Araraquara, e isso realmente acontecia, você tinha festas nos centros acadêmicos e havia bebida. Esse é até um debate bastante interessante, porque você tira da universidade as festas e agora elas ocorrem fora da universidade. Eu nem tinha essa informação da Claudia, mas foi bom ela responder antes e dizer que nunca houve esse tipo de depoimento, esse tipo de denúncia ou manifestação na ouvidoria, de a pessoa se sentir insegura dentro dos nossos 24 campi.

Essa portaria é de 2005, então nós estamos aí com mais de dez anos de vigência, e mesmo as festas que são autorizadas, eu procurei até exemplificar, são justamente porque muitas vezes você quer celebrar um concurso, então você pede autorização para o diretor. Então é o diretor que faz esse acompanhamento, que é muito rígido aqui, porque – essa é uma característica minha também – os reitores anteriores sempre levaram isso com a questão da civilidade, justamente para prevenir qualquer tipo de problema. Embora não tenhamos – isso é importante e está lá no primeiro slide – uma relação direta entre o álcool – que normalmente é o que tem nas festas, qualquer tipo de álcool – e a violência sexual, o álcool, em uma dose, vai te deixar menos inibido, mais alegre, vamos dizer, e isso pode acabar resultando em um caso de importunação – acho que é a palavra mais correta hoje –, a importunação antes do caso de estupro.

Então os diretores, nas unidades deles, se responsabilizam pelo reitor nesse controle minucioso do que está acontecendo dentro dos seus campi. Mais alguma pendência que ficou? Não?

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Satisfeita então, deputada Valeria Bolsonaro? Eu agradeço mais uma vez a professora Claudia e professor Sandro pelas informações prestadas neste momento. Eu passo então a palavra, pela ordem, agora, está inscrito o deputado Tenente Nascimento, que terá três minutos para fazer as suas perguntas.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Primeiramente, eu quero parabenizar a condução da Sra. Presidente e parabenizá-la por esta importante CPI. Quando eu falei, na semana passada, na reunião anterior, sobre a dinâmica desta CPI, foi exatamente isso: o reitor e a ouvidoria. Então, vejo aqui um exemplo claro de como isso deu dinâmica e efetividade a essa importante reunião. Quero parabenizar o professor Sandro Roberto e também a nossa querida ouvidora, que é a Dra. Claudia Maria – aliás, tem uma coisa importante, Dra. Claudia Maria: Maria também é o nome da minha mãe, portanto a senhora cresceu muito no conceito aqui e nessas informações. Maria é um nome sublime e muito lindo.

Quero dizer o seguinte: eu vou para um lado um pouco mais policialesco, tendo em vista que tenho quase 30 anos de corporação e que nós também olhamos, assim, com esse olho clínico. Parabenizando as informações que foram apresentadas aqui e as ações que estão sendo feitas no campus, eu queria fazer aqui duas questões: primeiramente, além do álcool, a senhora mencionou, em algum momento, outras drogas. Quais são as outras drogas que foram detectadas nesses possíveis eventos? Quais são ou quais foram as outras drogas, além do álcool, que foram detectadas nessas ocorrências?

Outra coisa: o agressor tem alguma punição? Se a senhora já falou, me corrija depois, mas tem alguma punição ao agressor? O que é feito quando o agressor é detectado ou apontado, ou quando a denúncia é efetivada? Porque eu sei que a grande dificuldade da denúncia é que ela tem que ser efetivada, tem que ter uma condição, e nem sempre a pessoa, a vítima, fala, pois às vezes ela tem medo ou há algo que a impede de fazer a denúncia. Às vezes chega ao caso extremo, como nós vimos aí, da efetividade que vocês fizeram, em 2019, 15 ocorrências, e agora seis, e eu quero crer que aqui foi pelo fato de um trabalho importante que vocês fizeram e estão fazendo.

Por último, os casos externos: a senhora já falou alguma coisa sobre os casos externos, quando vem de fora para dentro, mas existe algum mecanismo de incentivo, algum programa para incentivar a denúncia, para que a vítima se sinta confortável? Porque esse é o maior problema que nós enfrentamos aqui, todos os deputados que aí estão em um trabalho firme de combate à violência contra a mulher, no âmbito geral, e também o governo estadual e o governo federal, porque a pessoa tem que ir lá e fazer a denúncia. Existe algum incentivo e uma garantia de segurança para que a vítima venha a fazer a denúncia e se sinta amparada? Tem algum programa que preserve a identidade

não só da vítima que fizer a denúncia, mas também de algum colega que venha a fazer a denúncia?

São essas questões que eu gostaria de fazer, ademais, parabéns pela excelente reunião que nós estamos tendo aqui.

**A SRA. CLAUDIA MARIA DE LIMA -** Bom, deputado Tenente Nascimento, eu vou começar com a questão do álcool e outras drogas: quando a gente fala "álcool e outras drogas", estamos usando um termo conceitual, porque o álcool também é uma droga, ele também causa ações efetivas que mudam o funcionamento cerebral, o que traz respostas, como disse o professor Sandro, de inibição das condutas, é por isso que, por exemplo, não se pode dirigir alcoolizado, porque isso traz consequências.

Então nós não temos, dentro das denúncias recebidas em 2019 e 2020, registros que falem do uso de álcool e outras drogas, porque as denúncias que nos chegaram – dentro das denúncias internas, aquelas que aconteceram em situações de dentro do campus – não estão em situação de festa, são denúncias que estão em situações de relações acadêmicas de estudantes, então em sala de aula, em laboratórios, em condições que são específicas e, como disse o professor Sandro, tanto o álcool quanto as outras drogas não estão ali nesta situação. Então, dentre as denúncias nós não temos isso, mas sempre que nos referimos a álcool nos referimos a "álcool e outras drogas", justamente porque elas fazem um complemento.

Em relação à questão da punição do agressor, a Unesp tem uma restrição de competência administrativa, de competência legal, em relação àquilo que ela pode fazer. Então, é de sua competência a questão pedagógica, a relação que se estabelece entre o estudante e a universidade, mas sim, há punição, e eu vou citar um caso: em situações de trote, por exemplo, porque fora do trote nós não temos competência administrativa para que isso possa ser caracterizado. Nós tivemos uma situação, decidida pelo Supremo Tribunal Federal, que limita a competência disciplinar apenas às situações que acontecem no campus, em cada uma das unidades, então a Unesp não pode apurar nem atuar em situações fora do campus – essa é uma decisão do Supremo.

Então, a gente não atua na penalização, mas a gente atua na importante questão do acolhimento dessa vítima, dando a essa mulher condições de agir, por exemplo, externamente, dando a ela orientações, acompanhando ou orientando que registre Boletins de Ocorrência e que, se for o caso – em situações em que houve uma agressão que deixou marcas no corpo –, faça o exame de corpo de delito. Damos a orientação como

medida protetiva, como medida de acolhimento a essa mulher, porque não temos competência para fazer a apuração de situações externas, situações em festas, em repúblicas e no cotidiano, mas temos o acolhimento.

Para mostrar um exemplo desse acolhimento, nós tivemos uma situação de violência doméstica com uma mulher estudante da Unesp, que foi agredida pelo ex-companheiro, e que estava em uma situação muito difícil. Ela teve faltas, ela sofreu com essa situação, que é uma situação particular, mas ainda assim a Unesp fez uma análise dessa situação para que ela não tivesse prejuízos acadêmicos, para que ela não perdesse aquilo que ela está colocada e que ela pudesse ser entendida. Todos os docentes que davam aula para essa mulher foram compreensivos, no sentido de acolher a necessidade daquela mulher naquela situação de violência doméstica. Então, não temos competência para punir, não temos competência para apurar, mas temos competência para acolher, temos competência para ouvir essa vítima e tentar ajudá-la da melhor maneira possível, quando ela está vinculada.

Em relação às situações de agressão, quando a gente fala, por exemplo, de situações de trote, sim, esse estudante que comete um ato durante o período de recepção dos novos estudantes, durante o período de trote, pode ser penalizado, dependendo da natureza do ocorrido. Isso vai ser apurado dentro de uma sindicância, e ele pode ser penalizado com desde uma advertência verbal ou escrita, até uma suspensão ou o desligamento. Existem as várias penalidades previstas, que vão ser determinadas por uma sindicância, seguida pela assessoria jurídica da Unesp, que vai trazer os elementos que são permitidos para a universidade fazer.

Em relação aos eventos externos, às situações externas, nós não temos como controlá-las, são situações da sociedade, situações em que todas as questões estão colocadas dentro da sociedade. Como a violência é um fenômeno social, essas mesmas pessoas que estão no cotidiano, que estão na sociedade, estão também na universidade, e a nossa preocupação é justamente com as estudantes que, de alguma maneira, sofrerem alguma violência em situações externas, em situações de festas, eventos e redes sociais, por exemplo. Também não temos competência para apurar situações de redes sociais, e hoje nós sabemos o que tem acontecido, muitas vezes, em redes sociais, mas nós também fazemos aquilo que foi colocado, que é o acolhimento, que é aquilo que nós conseguimos trabalhar para dar a essa estudante condições de dar prosseguimento a sua atividade acadêmica, a sua vida, e para tentar diminuir ou minimizar o sofrimento em que ela se encontra em função da violência.

**O SR. SANDRO ROBERTO VALENTINI -** Eu queria só acrescentar alguma coisa, Damaris. Posso, deputada?

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Pois não, claro, professor Sandro.

**O SR. SANDRO ROBERTO VALENTINI -** Eu acho que as perguntas foram... Depois o deputado Tenente Nascimento vai dizer se foram atendidas, mas eu queria acrescentar uma coisa sobre o que o Tenente traz, e a deputada Dra. Damaris também trouxe. A questão, que ficou muito clara, é que, o que ocorre externamente, a universidade tem acolhido, mas ela não tem capacidade de fazer todos os seus trâmites, como já foi explicado. Mas é uma fala muito importante, porque a universidade é pública, ela faz parte do todo, então nós sempre acreditamos que, se tivéssemos uma educação cada vez mais abrangente e inclusiva em todos os níveis... Nós temos que acreditar que a educação é o que temos de melhor para a nossa sociedade, para a nossa vivência em sociedade.

Então, quando nós acolhemos, nós estamos fazendo o nosso papel, sim, haja vista que somos financiados pela sociedade. Vocês acabaram de aprovar a LDO, ou seja, existe um vínculo muito importante com a universidade pública, que é financiada com recursos do ICMS. Então, nós nos sentimos na obrigação de estabelecer uma relação com a comunidade, não ficando isolados. Nós precisamos, a universidade e a sociedade, estabelecer uma relação dialógica, promovendo a transformação de ambas, tanto da academia, da universidade, quanto da sociedade.

Nós sempre enxergamos que, embora não seja um papel nosso, embora o Supremo tenha definido o nosso papel – a deputada Damaris deve entender mais dessa questão, porque ela é da área jurídica –, nós pelo menos acolhemos aquela pessoa, mesmo não sendo conectada diretamente – que foi até a fala da deputada Damaris. Ou seja, é alguém da comunidade que se sente acolhido pelos canais da Unesp.

Pelo menos o acolhimento a gente consegue fazer, mas o julgamento e os desdobramentos nós não temos condição de realizar, a não ser que seja, como a Claudia colocou, um aluno no trote ou qualquer outro tipo de violência dentro da universidade, aí ele vai ser punido, vai ser julgado, vai ser analisado, claro, com o contraditório sempre prevalecendo. Isso vai de uma advertência até uma expulsão daquela pessoa de dentro da universidade.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Ok. Obrigada, professor Sandro e professora Claudia. Deputado Tenente Nascimento, estão satisfeitas as suas perguntas?

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Eu quero fazer uma observação, professor. Obrigado, muito esclarecedoras as respostas, só que ficou um vazio aí na questão de que, tão importante quanto a vítima, também é saber do agressor. Eu sou do tempo, o professor vai se lembrar disso, em que nós – eu estudei em escola pública, professor Sandro – brigávamos na sala de aula ou tínhamos alguma discussão e falávamos: "Eu vou te esperar na rua, vou te pegar na rua, tá?", porque nós sabíamos que se nós brigássemos lá no pátio ou lá dentro da escola, a punição seria severa. Era aquela advertência ou então o chamado dos pais para que o aluno pudesse responder. Então tinha esse impedimento de: "Eu não vou brigar aqui dentro porque vai ter uma punição", ia ter uma sanção em cima de uma briga, de uma ação inadequada dentro da escola.

Eu vejo pela resposta que a professora Dra. Claudia nos deu que, no trote, existe punição severa, mas, no caso de uma agressão de violência sexual, a universidade ainda não tem a segurança de dizer: "Olha, você vai para a lista negra", ou, "Você vai sofrer alguma sanção importante dentro da universidade", para que aquilo também venha a impedir outros casos, já que não há uma punição mais severa dentro da universidade – não estou falando só de fora –, mas estamos no bom caminho. Muito obrigado, estou muito satisfeito, sim, presidente.

**O SR. SANDRO ROBERTO VALENTINI -** Só para esclarecer para o deputado: se a violência ocorreu dentro dos campi da universidade, qualquer tipo de violência, incluindo a sexual, nós punimos. O agressor vai, de acordo com a análise e o julgamento, ser punido. Nós não punimos quando é fora da universidade, aí nós só acolhemos, mas dentro da universidade, mesmo que seja violência sexual, o agressor terá punição, sim, certo? Não só no trote.

Agora, o deputado coloca uma coisa muito interessante, porque nós aprendemos assim no passado, dessa forma. O deputado falando me lembrou de mim na escola, e às vezes, deputado, nós chegávamos em casa e ainda ouvíamos o quê? "Volta lá e vai acertar as contas", não era assim? "Resolver lá, não vem aqui chorar, vai resolver lá." Então eu vejo que hoje, por isso que eu até comentei, essa estratégia de combater violência com

violência só gera violência, porque no fundo, no fundo, você aprende a se defender, certo? Mas para aprender a se defender você não precisa reverter em violência. Então, toda essa educação que nós infelizmente não tivemos, é muito importante que a sociedade aprenda a educar, porque tem outras formas de resolver. Se eu me sinto agredido, se eu me sinto lesado, vamos buscar os melhores meios para resolver.

A gente sabe quando a cabeça esquenta, não é? Eu me lembro dessa questão dos moleques lá na escola e era bem isso, então temos que entender que lá da primeira escola, e em todas as suas etapas, nós estamos formando. Nós somos animais, mas temos a racionalidade, e o exercício que nós fazemos em um processo formativo de educação é lapidar essa nossa racionalidade. Você não precisa brigar, bater, no seu processo formativo para se defender, e eu acredito que aqui todos estão preocupados com essa questão, mas conseguiremos superar e prevenir a violência, mesmo a sexual, a partir de uma boa educação, feita pelos pais, pelos professores do Ensino Fundamental e Médio e também dentro do ensino superior. Obrigado aí pelo seu comentário.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Ok, obrigada.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Respondeu totalmente, agora. Aquela dúvida que eu tinha, professor, era exatamente essa. Muito obrigado, mais uma vez.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, deputado Tenente Nascimento, obrigada ao professor Dr. Sandro e obrigada à professora Claudia. Esta Presidente tem três questões, e as respostas podem ser muito breves, porque são pequenas dúvidas que ficaram. Eu até teria outras, mas elas foram completamente respondidas por meio da apresentação e por meio das respostas às perguntas dos colegas deputados, então são três dúvidas que persistiram aqui.

A gente sabe que as universidades têm eventos esportivos, jogos que estão organizados, e na Unesp não é diferente. Pergunta nº 1 – e aí pode ser a professora Claudia: existe algum tipo de monitoramento durante estes jogos, inclusive com essa preocupação de que haja alguma prática violadora da dignidade sexual de universitárias durante esses eventos esportivos? A universidade tem algum monitoramento?

A segunda pergunta, também muito simples, é se a universidade pode encaminhar para as autoridades competentes – eu me refiro ao Ministério Público – algo muito grave

que aconteça no campus? Ela tem a prerrogativa de encaminhar essa prática criminosa, por exemplo, para o Ministério Público? E a terceira pergunta, que talvez a Dra. Claudia também pudesse responder, senão o Dr. Sandro responde, é se já houve alguma assinatura de TAC, que é o Termo de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público – e aí, claro, só podemos tratar do que aconteceu no último ano, que é o objeto desta CPI –, em razão, por exemplo, de alguma prática ocorrida nos campi relacionada a crimes sexuais? Dra. Claudia.

**A SRA. CLAUDIA MARIA DE LIMA -** Pois não, Dra. Damaris. Vou começar pela sua ordem, e aí, se o professor Sandro quiser complementar, nós vamos trabalhando em conjunto. Em relação aos eventos: existem os eventos que são interunidades e interinstituições. Muitas vezes, nos eventos, por exemplo, os estudantes do curso de medicina promovem jogos com estudantes dos cursos de medicina do Estado, então vão todos os estudantes de todos os cursos de medicina, em determinadas situações. Há monitoramento em relação a isso, mas há algo que é mais amplo do que só a ação da ouvidoria, que é uma autorregulação por parte das atléticas. Se tem feito um trabalho de formação, como disse o professor Sandro em resposta ao Tenente Nascimento, justamente de preparar esses jovens no sentido de não admitir violência.

Então, durante a preparação dos jogos, todas as coordenações de curso e as direções das unidades, que são as responsáveis, estão bastante atentas à formação desses jovens, porque os jogos não acontecem nas unidades, normalmente eles acontecem em quadras cedidas pelos municípios, em espaços fora das universidades, justamente para que a gente não tenha situações internas.

Há uma orientação aí, o que a gente pode chamar de um trabalho pedagógico, junto às Atléticas, aos Centros Acadêmicos e aos Coletivos. Existe uma formação, de maneira que eles estão coordenando, e as mulheres assumem um protagonismo nisso, estabelecendo regras e se organizando para que as situações de violência sexual sejam denunciadas e reprimidas, quer dizer, que não ocorram, que sejam coibidas, de maneira que não as aceitem. Eu acho que isso é muito importante no sentido de mudança cultural, no sentido de que homens e mulheres lutem em nome da dignidade e sejam agentes dessa luta para que isso não ocorra.

Então a gente faz o monitoramento e o acompanhamento, mas, em paralelo, os próprios estudantes têm feito isso de uma maneira sistematizada, muito bem pensada, e tanto os pesquisadores quanto os docentes e as direções, as pessoas que estão da

universidade, têm ajudado a pensar mecanismos para que essa situação ocorra. Mas os eventos intercampi e interunidades são externos, acontecem nos equipamentos do município que recebe. Independentemente disso, há um monitoramento, uma orientação e uma organização. Eu acho que é muito rico perceber essa organização das estudantes, porque significa que a gente está mudando uma forma de entender a relação que eles estabelecem com a violência.

Em relação ao Ministério Público, a assessoria jurídica poderia responder com mais propriedade, mas, sim, nós podemos, tanto que nós temos casos que já foram encaminhados à Corregedoria do Estado, por exemplo. A gente (inaudível) dependendo da situação, dependendo da caracterização, por isso que a assessoria jurídica faz a análise, por isso que ela acompanha todos os casos que acontecem dentro dos campi e acompanha a situação, para tomar a melhor decisão de como aquele caso vai ser mais bem tratado, de onde, em qual local, isso vai ser considerado.

Em relação à assinatura de TAC, talvez o professor Sandro possa trazer, porque eu não tenho essa informação da assinatura em 2019 ou 2020, pois nós não temos situações de violência sexual na Unesp que caracterizem a necessidade de uma assinatura de TAC, mas essa é uma questão que a gente precisa sempre estar atenta, independentemente de ter ou não o caso específico.

**O SR. SANDRO ROBERTO VALENTINI -** Eu queria acrescentar que eu já chequei também com a assessoria jurídica, e realmente nós não temos nenhum TAC dessa natureza, mas temos a prerrogativa, sim, como a deputada perguntou, de acionar e, sempre que há necessidade, ela usa esse caminho. Mas não houve nenhum TAC, acho que nunca na nossa história tivemos TAC por esse motivo. Claro, tivemos por outras questões administrativas da universidade, há muitos de questões de acessibilidade dos prédios e assim por diante.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, porque o projeto Bem Viver para Tod@s, que a Claudia menciona, procura recuperar o esporte enquanto esporte, e as Atléticas precisam fortalecer esses jogos, essas atividades com os Centros Acadêmicos. O que aconteceu, com o passar do tempo – isso é o que muitas vezes ouvimos, e eu vou falar do caso da Unesp – é que as universidades têm os seus jogos entre si, entre os alunos de um mesmo curso e assim por diante. Nós tínhamos o Interunesp, certo? Até que tivemos o incidente do chamado “rodeio das gordas”, em 2011, que ficou muito famoso, tomou uma repercussão muito grande, e, a partir daquele momento, o que era um evento

esportivo acabou virando festa. Então o Conselho Universitário proibiu esses grupos de utilizarem o Interunesp. Ou seja, não ter esse vínculo de logo, de logotipo e da universidade nesse evento que virou quase... São festas até para arrecadar dinheiros e assim por diante.

Esse foi um incidente grave, tivemos uma sindicância, não conseguimos checar a apuração, mas o Ministério Público fez uma ação e conseguiu identificar três envolvidos. Um não fez acordo com o Ministério Público, e os outros dois fizeram um acordo e pagaram, acho, 20 cestas básicas. O outro, por não ter feito o acordo, acabou tendo uma pena mais severa. Isso foi feito pelo Ministério Público, o próprio promotor desencadeou, haja vista que aquele evento em 2011 acabou tomando proporção e revelando algo que nem a universidade conhecia, porque são eventos que não ocorrem dentro da universidade, como a Claudia disse, ocorrem dentro dos instrumentos públicos do Município onde aquele aqueles jogos irão ocorrer e assim por diante.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Eu quero agradecer mais uma vez...

**A SRA. CLAUDIA MARIA DE LIMA -** Posso complementar?

**O SR. SANDRO ROBERTO VALENTINI -** Pode, Claudia.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Sim, professora Claudia.

**A SRA. CLAUDIA MARIA DE LIMA -** Eu acho que esse exemplo que o professor Sandro deu é um exemplo que marca um momento na Unesp, que marca também essa organização e todo o trabalho que vem sendo feito em termos de auxiliar os estudantes e as estudantes nas suas próprias organizações, e de fazer com que eles debatam a violência sexual contra a mulher nos eventos que eles organizam. Então, fazer isso eu acho que é fundamental para a gente pensar na função da universidade, na função da educação, na função de formação de pessoas, de formação de valores e da atuação desses homens e mulheres que estão na universidade. Acho que isso é muito importante para a gente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Bem, nós então estamos encerrando, neste momento, as oitivas dos nossos convidados, com uma palavra de agradecimento por terem atendido ao nosso convite e feito apresentações bastante completas, bem como as respostas que foram dadas às perguntas dos deputados. Eu penso que este conteúdo será muito relevante na formação do nosso relatório final, do nosso entendimento e da nossa visão a respeito de um tema que, todos concordam, é tão desafiador e ainda pouco enfrentado e muito silencioso, afinal, estamos falando de um crime, talvez o mais violador da dignidade de uma mulher.

Já há uma dificuldade absurda para que essa mulher rompa o silêncio, se ainda não tivermos ambientes seguros, acolhedores ou mesmo um trabalho preventivo de conscientização e de orientação, nós teremos aí problemas muito graves para as nossas mulheres, e a gente sabe, porque os noticiários não nos deixam enganados, do crescente número da violência contra a mulher.

Então professor Sandro e Dra. Claudia – professor Sandro, o Magnífico Reitor da Unesp, e Dra. Claudia, ouvidora geral da Unesp –, o nosso agradecimento final e dizer que, a partir de agora – eu sei que vocês têm compromissos já agendados, nós soubemos antecipadamente –, não havendo mais nenhum orador inscrito para perguntar aos senhores, nós declaramos encerrada esta parte da nossa reunião, que foram as oitivas dos senhores nesta manhã. Muito obrigada, Dra. Claudia Maria de Lima, pela sua participação, e muito obrigada ao Magnífico Reitor, Dr. Sandro Roberto Valentini, pela colaboração de vocês com os trabalhos desta CPI.

Eu desejo a vocês dois uma boa tarde, e nós vamos seguir ainda no último item aqui da nossa reunião, brevemente, para procedermos ao encerramento. Uma boa tarde, muito obrigada e continuamos aqui, nesta CPI, à disposição da Unesp para qualquer outro esclarecimento que os senhores entenderem necessários. Muito obrigado, uma boa tarde.

**O SR. SANDRO ROBERTO VALENTINI -** Obrigado, deputada Dra. Damaris, agradeço o trabalho que vocês estão fazendo. A Unesp é que se coloca à disposição, se precisarem de novos esclarecimentos ou novos dados. Eu vejo que nesse dado que a professora Claudia apresentou, da violência no estado de São Paulo, os números são gigantescos, então isso legitima a propositura da deputada Damaris – do grupo todo, mas estou falando da deputada Damaris porque é ela quem preside – em se ter uma CPI relacionada com a questão da violência, especificamente da violência contra as mulheres. Então um abraço a todos, bom trabalho e até uma próxima.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, Dr. Sandro.

**A SRA. CLAUDIA MARIA DE LIMA -** Dra. Damaris, obrigada. Obrigada a todos os Srs. e Sras. Deputadas. Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui contando, relatando o que nós temos feito e, assim como o professor Sandro falou, dar o destaque à importância dessa discussão diante da situação de violência e do aumento dos casos de violência contra a mulher. Muito obrigada, estamos à disposição para quaisquer outras explicações ou questões que possam surgir. Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, uma boa tarde aos senhores, tchau, tchau, muito obrigada.

Vamos ao item 4, o último da nossa reunião, da nossa pauta: item 1, de 21 julho de 2020. Requerimento da deputada Professora Bebel, requerimento nº 14, é um convite ao Exmo. Sr. Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Prof. Dr. Marco Túlio de Castro Vasconcelos, com o objetivo de prestar à CPI que investiga a violência sexual contra estudantes de ensino superior no último ano informações sobre a violência sexual no âmbito da universidade e as providências adotadas quanto às denúncias. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Como vota a deputada Valeria Bolsonaro?

**A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL -** Pela ordem, presidente, a favor do requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Como vota a deputada Professora Bebel?

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Pela ordem, Sra. Presidente, a favor do requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Como vota o deputado Tenente Nascimento?

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Pela ordem, presidente, a favor do requerimento, fazendo aqui uma observação... Não, farei na outra discussão. A favor do requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, Tenente Nascimento. Como vota o deputado Arthur do Val?

**O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA -** Voto sim.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Esta Presidente vota sim. Aprovado.

Item 2 da pauta, de 21 de julho de 2020, requerimento nº 16, da deputada Professora Bebel. Convite ao Exmo. Sr. Reitor da Universidade Paulista (Unip), Prof. Dr. João Carlos Di Genio, como o objetivo de prestar à CPI, que investiga a violência sexual contra estudantes de ensino superior no último ano, informações sobre violência sexual no âmbito da universidade e as providências adotadas quanto às denúncias. Coloco o item 2 em discussão.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Pela ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Pela ordem, deputado Tenente Nascimento.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** A observação que eu gostaria de fazer é que na reunião anterior nós falamos sobre a questão do convite à reitoria, então, o exemplo mais claro foi o de hoje, que vem exatamente ao encontro do meu pedido, ao que eu realmente gostaria, que é convidar o reitor e a ouvidoria. Eu vejo que alguns requerimentos... Eu ainda tentei fazer e fiz, acho, uns quatro pedidos de ouvidorias, mas eu observo que tem requerimento que está só convidando o reitor, então eu faço um apelo a V. Exa., porque entrei em contato com a secretaria e me disseram: “Olha, eu não estou conseguindo mudar”.

Peço então esse apoio para que convidássemos, concomitantemente, o reitor e a ouvidoria, porque tem maior efetividade, como nós tivemos na reunião de hoje, que, aliás, eu quero parabenizar a todos os deputados. Então fica aí o apelo de que o reitor seja

convidado juntamente com o ouvidor, para que nós possamos aproveitar melhor o nosso tempo. Era essa a observação, presidente.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Pela ordem, Professora Bebel.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** É que a gente fez os requerimentos separados, mas na semana passada nós aprovamos requerimentos referentes a... Talvez não à ouvidoria, mas conselhos de mulher que tenham a ver com as universidades, entendeu, deputado Tenente? Foi até aquela conversa que eu tive com o senhor, em que eu falei assim: "Não vai ser chamado só o reitor, se vai procurar pelo reitor e colocar um órgão que trata da violência sexual contra as estudantes universitárias", entendeu? Então, eu tenho certeza de que eu fiz requerimentos nessa direção, mas que já foram aprovados na semana passada.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Pela ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Pela ordem, deputado Tenente.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Eu fiz a observação exatamente porque há algumas em que não havia sido feito, por isso eu fui checar, e nós fizemos, mas muito bem organizado, Professora Bebel, é exatamente isso, para que nós tenhamos melhor rendimento em nossos trabalhos. Obrigado.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Obrigada, deputado.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Obrigada, deputados. Então, pelo que eu entendi, embora esses requerimentos que estamos votando digam respeito apenas ao reitor, já há outros, aprovados ou que certamente ainda aprovaremos, para que também venha, dessas universidades, o representante da ouvidoria ou de outro órgão da universidade que possa nos trazer informações mais específicas

sobre a prática cotidiana da universidade, muito obrigada. Encerrada a discussão. Como vota a deputada Valeria Bolsonaro?

**A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL -** A favor do requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Como vota a deputada Professora Bebel?

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Sim, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Como vota o deputado Tenente Nascimento?

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** A favor do requerimento, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Como vota o deputado Arthur do Val?

**O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA -** Voto sim.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Esta Presidente vota sim. Por cinco votos, está aprovado o item 2 da pauta.

Item 3: requerimento nº 17, da deputada Professora Bebel. Convite a Exma. Sra. Reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora Dra. Maria Amalia Pie Abib Andery, com o objetivo de prestar à CPI que investiga a violência sexual contra estudantes de ensino superior no último ano informações sobre violência sexual no âmbito da universidade e as providências adotadas quanto às denúncias. Coloco o item 3 em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Coloco em votação. Como vota a deputada Valeria Bolsonaro?

**A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL -** Pela ordem, presidente, eu voto a favor do requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Como vota a deputada Professora Bebel?

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Eu voto sim, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Como vota o deputado Tenente Nascimento?

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Pela ordem, presidente, voto a favor do requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Como vota o deputado Arthur do Val?

**O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA -** Voto sim.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Esta Presidente vota sim, requerimento nº 3 aprovado.

Item 4 da pauta: de autoria da deputada Dra. Damaris Moura, requerimento nº 19.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Pela ordem, deputada.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** É que eu vou ter que presidir, porque a senhora é a proponente.

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Desculpa, deputada. Eu passo então a Presidência – estamos aprendendo – à vice-presidente, deputada Professora Bebel, e agradeço a sua intervenção, para que então proceda a discussão e votação do item 4 da pauta. Deputada Professora Bebel.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Professora Bebel Lula.

* * *

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Obrigada. Bom, é um requerimento da deputada Dra. Damaris Moura. Requerimento nº 19, de 2020: requer que seja convidado o Exmo. Sr. Reitor do Centro Universitário FEI, professor Dr. Gustavo Donato, com o objetivo de prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito informações acerca da apuração de denúncia de violência sexual praticada contra estudantes desta instituição no último ano, bem como da existência e funcionamento de sistema de acolhimento e orientação dessas vítimas e da punição dos infratores. Em discussão; não havendo oradores inscritos, em votação: como vota a deputada Valeria Bolsonaro?

**A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL -** Voto a favor do requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Como vota o deputado Tenente Nascimento?

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** A favor do requerimento, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Eu esqueci de votar: eu, que presido este momento da reunião, voto sim. Como vota o deputado Arthur do Val?

**O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA -** Voto sim.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Como vota a deputada Dra. Damaris?

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Para votar sim, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Item 5 da pauta: Requerimento nº 20, da deputada Dra. Damaris Moura. Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Reitor do Centro Universitário FMU, Prof. Dr. Manuel Nabais da Furriela, com o objetivo de prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito informações acerca da apuração de denúncia de violência sexual praticada contra estudantes dessa Instituição no último ano, bem como da existência e funcionamento de sistema de acolhimento e orientação dessas vítimas e da punição dos infratores. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, em votação: como vota – começando agora pelo Tenente – o deputado Tenente Nascimento?

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Pela ordem, presidente, voto favorável ao requerimento da deputada Dra. Damaris.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Como vota a deputada Valeria Bolsonaro?

**A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL -** Favorável ao requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Eu, Professora Bebel, que presido neste momento, voto sim. Como vota a deputada Dra. Damaris Moura?

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Para votar sim, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Como vota o deputado Arthur do Val?

**O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA -** Voto sim.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Item 6 da pauta: da deputada Dra. Damaris Moura, requerimento nº 21. Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Reitor da Universidade Nove de Julho (Uninove), Prof. Dr. Eduardo Storópoli, com o objetivo de prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito informações acerca da apuração de denúncia de violência sexual praticada contra estudantes dessa Instituição no último ano, bem como da existência e funcionamento de

sistema de acolhimento e orientação dessas vítimas e da punição dos infratores. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, em votação. Como vota o deputado Tenente Nascimento?

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Pela ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Pois não, Sr. Deputado.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Voto favorável ao requerimento da deputada Damaris Moura.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Como vota a deputada Valeria Bolsonaro?

**A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL -** Favorável ao requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Eu, Professora Bebel, voto sim. Como vota a deputada Dra. Damaris Moura?

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Para votar sim, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Como vota o deputado Arthur do Val?

**O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA -** Voto sim.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Bom, por cinco votos, está aprovado o requerimento. Item 7 da pauta, de autoria da deputada Dra. Damaris Moura: Requerimento nº 22. Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Reitor da Universidade Paulista (Unip), Prof. Dr. João Carlos Di Genio, com o objetivo de prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito informações acerca da apuração de denúncia de violência sexual praticada contra estudantes desta instituição no último ano, bem como

da existência e funcionamento de sistema de acolhimento e orientação dessas vítimas e da punição dos infratores. Em discussão.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Pela ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Pois não, Sr. Deputado.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Esse item, inclusive já foi votado o item 2, que foi o requerimento de vossa autoria. Mas parece que há um entendimento, é isso?

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Sim, há um entendimento de que os dois têm que ser votados.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Certo.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Pois aí o encaminhamento já é dado e, como a Dra. Damaris é a presidenta da Comissão, ela apresenta o requerimento. É isso, ok?

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Ok.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Há acordo entre nós, pelo menos isso, em tudo o que temos trabalhado.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** As mulheres se entendem melhor.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Agora, então, em votação. Como vota o deputado Tenente Nascimento?

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Voto sim, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Como vota a deputada Valeria Bolsonaro?

**A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL -** Favorável ao requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Como vota a deputada Dra. Damaris Moura?

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Para votar sim, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Como vota o deputado Arthur do Val?

**O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA -** Voto sim.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Bom, por cinco votos, está aprovado o requerimento.

Item 8 da pauta, de autoria da deputada Dra. Damaris Moura: Requerimento nº 23. Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Pró-Reitor Acadêmico da Universidade Anhanguera de São Paulo (Uniban), Prof. Dr. Valdevino Oliveira, com o objetivo de prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito informações acerca da apuração de denúncia de violência sexual praticada contra estudantes desta instituição no último ano, bem como da existência e funcionamento de sistema de acolhimento e orientação dessas vítimas e da punição dos infratores. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, em votação: como vota o deputado Tenente Nascimento?

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Favorável ao requerimento da deputada Damaris Moura.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Como vota a deputada Valeria Bolsonaro?

**A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL -** Favorável ao requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Eu, Professora Bebel, na Presidência neste momento dos trabalhos, voto sim. Como vota a deputada Dra. Damaris Moura?

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Para votar sim, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Como vota o deputado Arthur do Val?

**O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA -** Voto sim.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Por cinco votos, está aprovado o requerimento.

Item 9 da pauta, de autoria da deputada Damaris Moura: requerimento nº 24, de 2020. Requer que seja convidada a Exma. Sra. Reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Profa. Dra. Maria Amalia Pie Abib Andery, com o objetivo de prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito informações acerca da apuração de denúncia de violência sexual praticada contra estudantes desta instituição no último ano, bem como da existência e funcionamento de sistema de acolhimento e orientação dessas vítimas e da punição dos infratores. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, em votação. Como vota o deputado Tenente Nascimento?

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Favorável ao requerimento, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Como vota a deputada Valeria Bolsonaro?

**A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL -** Favorável ao requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Eu, Professora Bebel, neste momento na Presidência dos trabalhos, voto sim. Como vota a deputada Dra. Damaris Moura?

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Para votar sim, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Como vota o deputado Arthur do Val?

**O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA -** Voto sim.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT -** Bom, agora acabou. Eu passo então a Presidência dos trabalhos para a deputada Dra. Damaras... Dra. Damaris, falei tanto o nome que acabei errando.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Dra. Damaris Moura.

* * *

**A SRA. PRESIDENTE - DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Muito obrigada, deputada Professora Bebel. Já esgotamos o horário desta reunião, 12h30. Eu estou então convocando, cinco minutos após o encerramento desta, uma nova reunião, para nós votarmos os quatro últimos itens da pauta. Após cinco minutos do encerramento desta, nós retornaremos à nova reunião para votarmos. Peço a compreensão dos colegas para que mantenhamos o quórum e encerremos então a nossa pauta de hoje. Muito obrigada.

Eu declaro encerrada esta reunião e convoco, daqui a cinco minutos, uma nova reunião. Obrigada.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *